

HABEAS CORPUS Nº 548.889 - RJ (2019/0358289-4)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : MARCELLO RODRIGUES DA PASCOA
ADVOGADO : MARCELLO RODRIGUES DA PÁSCOA - RJ080985
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : RENAN MIRANDA DO NASCIMENTO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

RENAN MIRANDA DO NASCIMENTO alega sofrer coação ilegal diante de acórdão proferido pelo **Tribunal de de Justiça do Estado do Rio de Janeiro** na Apelação n. 0039981-72.2016.8.19.0001.

Neste *writ*, a defesa sustenta ser ilegal a determinação de execução imediata da pena antes do esgotamento de todas as vias recursais. Pede a aplicação da decisão declaratória de constitucionalidade proferida no julgamento das ADC's 43, 44 e 45.

Decido.

Em consulta ao sistema informatizado desta Corte Superior, verifico a anterior impetração, em favor do ora paciente, do **HC n. 489.828/RJ**, no qual também foi postulada a suspensão da ordem de execução imediata da pena em decorrência do julgamento da Apelação n. 0039981-72.2016.8.19.0001.

O caso foi por mim apreciado em 22/10/2019. Na oportunidade, registrei que (destaques no original):

O ora paciente foi condenado, em primeira instância, à pena de 2 anos e 6 meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, como incurso no art. 329, § 1º, do Código Penal. Irresignada, a defesa recorreu. O Tribunal *a quo* negou provimento ao apelo e determinou a "imediata expedição de Mandado de Prisão" (fl. 17). Os embargos declaratórios opostos contra o *decisum* foram rejeitados (fls. 23-25).

Superior Tribunal de Justiça

Em consulta à página eletrônica da Corte de origem, o gabinete verificou que o acórdão prolatado no julgamento dos aclaratórios foi **publicado em 30/8/2018 e não há registro de impugnações posteriores.**

Nesta impetração, **a defesa não demonstrou haver recursos pendentes de julgamento.** Ademais, o gabinete verificou, em consulta à página eletrônica do Tribunal estadual, que o **trânsito em julgado da condenação foi certificado em 25/1/2019.**

Dessa forma, **não identifico constrangimento ilegal na espécie, visto que a execução da pena decorre de sentença condenatória transitada em julgado.**

À vista do exposto, **indefiro liminarmente o habeas corpus.**

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**